



# Câmara Municipal de Araruna

*Estado do Paraná*

Sala das Sessões Vereador Deoclécio Manoel Teixeira



## **PROJETO DE LEI N.º 002/2026**

**Institui a Política de Transparência das Escolas Públicas (PTEP) do Município de Araruna/PR.**

Os VEREADORES VANDERSOM VICENTE DUBINSKI e LUIS CARLOS PERLI, no uso de suas atribuições legais e com base no que dispõe a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, apresenta à Câmara Municipal de Araruna, Estado do Paraná, o seguinte Projeto de Lei, e eu, Gustavo França dos Santos, Prefeito Municipal, usando das atribuições que me são conferidas por lei sancionarei a seguinte Lei.

**Art. 1º** - Fica instituída a Política de Transparência das Escolas Públicas (PTEP) do município de Araruna PR, com o objetivo de promover maior interação entre a comunidade escolar e administração pública, disponibilizar informações referente aos recursos destinados à educação e garantir o direito de fiscalização cidadã sobre a aplicação do dinheiro público.

**Art. 2º** - As informações relativas a todas as instituições de educação infantil e de ensino fundamental mantidas pelo Poder Público Municipal, referentes aos últimos 12 (doze) meses, serão disponibilizadas nas páginas oficiais da prefeitura correspondentes a cada unidade, incluindo:

**I** - dados pedagógicos e de recursos humanos:

- a) turmas atendidas, faixa etária aproximada e número de alunos matriculados;
- b) índice de assiduidade discente;
- c) endereço, horário de funcionamento, telefone e e-mail da respectiva unidade;



# Câmara Municipal de Araruna

*Estado do Paraná*

Sala das Sessões Vereador Deoclécio Manoel Teixeira



- d) nomes dos diretores e vice-diretores, com informação sobre o período do respectivo mandato;
- e) quadro de servidores, indicando o total por cargo;
- f) índice de assiduidade dos professores em formato estatístico agregado, anonimizado e sem identificação individualizada;
- g) principais indicadores educacionais e desempenho e fluxo escolar, conforme regulamento do Poder Executivo.

## **II - dados de gestão e serviços de apoio:**

- a) valores e destinação dos repasses recebidos pela unidade escolar, especificando a origem dos recursos (municipais, estaduais, federais ou outros órgãos públicos);
- b) informações sobre fornecedores e processos de aquisição ou contratação de bens e serviços;
- c) dados sobre serviços de nutrição escolar, transporte, segurança e limpeza, incluindo identificação das empresas terceirizadas contratadas;
- d) andamento e gestão de obras de manutenção, reforma ou ampliação da unidade escolar, com detalhamento de prazos e orçamentos.

**Parágrafo único:** A divulgação das informações não poderá, sob qualquer forma, ser utilizada de maneira discriminatória, devendo a Administração Pública adotar critérios técnicos, objetivos e agregados de apresentação dos dados, assegurando que sua finalidade se restrinja ao controle social e a transparência da gestão educacional.

**Art. 3º** - A disponibilização das informações de que trata o art. 2º desta Lei observará as seguintes diretrizes:

- I - a exibição deverá ser concisa, didática e de acesso público e direto;
- II - deverão ser atualizadas ao final de cada ano letivo;
- III - observarão a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);



# Câmara Municipal de Araruna

*Estado do Paraná*

Sala das Sessões Vereador Deoclécio Manoel Teixeira



**Art. 4º** - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação

Câmara Municipal Vereador Deoclécio Manoel Teixeira, 28 de janeiro de 2026.

**VANDERSOM VICENTE DUBINSKI**  
Vereador

**LUIS CARLOS PERLI**  
Vereador



# Câmara Municipal de Araruna

*Estado do Paraná*

Sala das Sessões Vereador Deoclécio Manoel Teixeira



## JUSTIFICATIVA

A proposta deste Projeto de Lei fundamenta-se na Constituição Federal, que garante o direito de acesso à informação por meio do inciso XXXIII do artigo 5º, que estabelece que "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Esse direito foi regulamentado pela Lei de Acesso à Informação Lei nº 12.527/2011, que detalha os procedimentos para que qualquer pessoa possa solicitar e obter informações públicas.

Por entender a transparência como um pilar da Gestão Pública, instituir uma Política de Transparência das Escolas, torna-se uma necessidade, pois permite fortalecer a participação social, garantindo que a comunidade escolar e a sociedade em geral possam acompanhar e fiscalizar de perto a gestão dos recursos e o funcionamento das escolas, desde a educação infantil ao ensino fundamental, que são de responsabilidade precípua da gestão municipal.

Pelos motivos acima mencionados, o presente Projeto de Lei tem relevante interesse público.

Câmara Municipal Vereador Deoclescio Manoel Teixeira, 28 de outubro de 2026.

## VEREADORES

**Luis Carlos Perli**

**Vandersom Vicente Dubinski**